

# SCG IV Holding S.A.

**Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2018**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>3</b>
<b>Balanços patrimoniais</b>	<b>6</b>
<b>Demonstrações dos resultados</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações dos resultados abrangentes</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto</b>	<b>10</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>11</b>



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Administradores e Acionistas da  
SCG IV Holding S.A.**  
São Paulo - SP

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da SCG IV Holding S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da SCG IV Holding S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individual e consolidado para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e de sua controlada continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e a sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras e individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 14 de junho de 2019

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6



Cristiano Seabra Di Girolamo  
Contador CRC BA-017826/O-4

**SCG IV Holding S.A.**

**Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018, 2017 e em 1º de janeiro de 2017**

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Consolidado			Controladora		
		2018	2017 Reapresentado*	01/01/2017 Reapresentado*	2018	2017 Reapresentado*	01/01/2017 Reapresentado*
<b>Circulante</b>							
Caixa e equivalentes de caixa	8	24.253	18.104	12.347	10.536	512	943
Contas a receber de clientes	9	18.728	15.212	24.168	-	-	-
Estoques	10	23.870	12.503	12.127	-	-	-
Impostos de renda e contribuição social a recuperar		443	459	450	3	20	11
Impostos a recuperar	11	6.660	3.975	2.429	-	-	-
Despesas pagas antecipadas		384	820	994	-	-	-
Outras contas a receber	12	614	17.682	898	-	15.003	-
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>74.952</b>	<b>68.755</b>	<b>53.413</b>	<b>10.539</b>	<b>15.535</b>	<b>954</b>
<b>Não circulante</b>							
Impostos diferidos ativo	13	46.695	54.390	56.599	-	-	-
Outras contas a receber	12	2.087	4.132	15.290	-	-	13.648
Depósitos judiciais e cauções	20	700	672	83	-	-	-
Total do realizável a longo prazo		49.482	59.194	71.972	-	-	13.648
Investimentos	14	-	-	-	266.765	256.310	233.141
Imobilizado	15	143.539	144.941	153.865	-	-	-
Intangível	16	139.220	138.905	138.582	-	-	-
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>332.241</b>	<b>343.040</b>	<b>364.419</b>	<b>266.765</b>	<b>256.310</b>	<b>246.789</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>407.193</b>	<b>411.795</b>	<b>417.832</b>	<b>277.304</b>	<b>271.845</b>	<b>247.743</b>

\* Veja nota explicativa 4.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Passivo	Nota	Consolidado			Controladora		
		2018	2017 Reapresentado*	01/01/2017 Reapresentado*	2018	2017 Reapresentado*	01/01/2017 Reapresentado*
<b>Circulante</b>							
Empréstimos e financiamentos	17	18.640	19.005	124.912	-	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	18	10.345	23.448	9.905	4.546	20.000	-
Adiantamento de clientes		1.004	746	575	-	-	-
Provisões trabalhistas		3.843	4.637	2.463	-	-	13
Obrigações fiscais e trabalhistas	19	4.217	1.829	3.201	-	-	-
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>38.049</b>	<b>49.665</b>	<b>141.056</b>	<b>4.546</b>	<b>20.000</b>	<b>13</b>
<b>Não circulante</b>							
Empréstimos e financiamentos	17	51.431	68.316	-	-	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	18	98.563	83.140	93.827	98.563	83.140	93.827
Provisões trabalhistas		130	-	170	5	-	-
Provisão para perda em processos judiciais	20	3.392	5.012	1.849	-	-	-
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>153.516</b>	<b>156.468</b>	<b>95.846</b>	<b>98.568</b>	<b>83.140</b>	<b>93.827</b>
<b>Patrimônio líquido</b>							
Capital social	21	214.100	194.100	180.100	214.100	194.100	180.100
Prejuízos acumulados		(39.910)	(25.395)	(26.197)	(39.910)	(25.395)	(26.197)
<b>Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores</b>		<b>174.190</b>	<b>168.705</b>	<b>153.903</b>	<b>174.190</b>	<b>168.705</b>	<b>153.903</b>
<b>Participação de não controladores</b>		<b>41.438</b>	<b>36.957</b>	<b>27.027</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>215.628</b>	<b>205.662</b>	<b>180.930</b>	<b>174.190</b>	<b>168.705</b>	<b>153.903</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>407.193</b>	<b>411.795</b>	<b>417.832</b>	<b>277.304</b>	<b>271.845</b>	<b>247.743</b>

## SCG IV Holding S.A.

### Demonstrações dos resultados

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Nota	Consolidado		Controladora		
	2018	2017 Reapresentado*	2018	2017 Reapresentado*	
Receita operacional líquida	22	107.797	114.608	-	-
Custos dos produtos e serviços prestados	23	(62.312)	(66.986)	-	-
<b>Lucro bruto</b>		<b>45.485</b>	<b>47.622</b>	-	-
Despesas comerciais	23	(6.172)	(7.368)	-	-
Despesas administrativas	23	(13.121)	(14.779)	(98)	(452)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	9	(444)	1.163	-	-
Outras receitas e despesas operacionais	23	(19.817)	1.646	(19.553)	-
Resultado da venda de ativos imobilizados		3.895	423	-	-
<b>Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos</b>		<b>9.826</b>	<b>28.707</b>	<b>(19.651)</b>	<b>(452)</b>
Despesas financeiras	24	(14.538)	(23.686)	(5.745)	(7.965)
Receitas financeiras	24	2.373	1.920	426	50
<b>Despesas financeiras líquidas</b>		<b>(12.165)</b>	<b>(21.766)</b>	<b>(5.319)</b>	<b>(7.915)</b>
Resultados de equivalência patrimonial	14	-	-	10.455	9.169
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>(2.339)</b>	<b>6.941</b>	<b>(14.515)</b>	<b>802</b>
Imposto corrente		-	-	-	-
Imposto diferido		(7.695)	(2.209)	-	-
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	26	<b>(7.695)</b>	<b>(2.209)</b>	-	-
<b>(Prejuízo) Lucro líquido do exercício</b>		<b>(10.034)</b>	<b>4.732</b>	<b>(14.515)</b>	<b>802</b>
Atribuível a:					
Controladores		(14.515)	802	-	-
Não-controladores		4.481	3.930	-	-
<b>Resultado por ação do capital social no fim do exercício - R\$</b>		<b>(0,05)</b>	<b>0,03</b>	<b>(0,07)</b>	<b>0,00</b>

\* Veja nota explicativa 4.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## SCG IV Holding S.A.

### Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	2018	2017 Reapresentado*	2017	2017 Reapresentado*
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	<u>(10.034)</u>	<u>4.732</u>	<u>(14.515)</u>	<u>802</u>
<b>Total de resultados abrangentes</b>	<b><u>(10.034)</u></b>	<b><u>4.732</u></b>	<b><u>(14.515)</u></b>	<b><u>802</u></b>
Atribuível a:				
Participação de controladores	(14.515)	802	-	-
Participação de não controladores	4.481	3.930	-	-

\* Veja nota explicativa 4.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## SCG IV Holding S.A.

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Nota	Atribuível aos acionistas controladores			Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Prejuízos Acumulados	Total		
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2017, como previamente divulgado</b>	<u>180.100</u>	<u>(50.265)</u>	<u>129.835</u>	<u>25.077</u>	<u>154.912</u>
Impacto da retificação de erros	-	24.068	24.068	1.950	26.018
<b>Saldos rerepresentado em 01 de janeiro de 2017</b>	<u>180.100</u>	<u>(26.197)</u>	<u>153.903</u>	<u>27.027</u>	<u>180.930</u>
Aumento de capital social	21 14.000	-	14.000	6.000	20.000
Lucro do exercício	-	802	802	3.930	4.732
<b>Saldos rerepresentados em 31 de dezembro de 2017</b>	<u>194.100</u>	<u>(25.395)</u>	<u>168.705</u>	<u>36.957</u>	<u>205.662</u>
Aumento de capital social	21 20.000	-	20.000	-	20.000
Prejuízo do exercício	-	(14.515)	(14.515)	4.481	(10.034)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<u>214.100</u>	<u>(39.910)</u>	<u>174.190</u>	<u>41.438</u>	<u>215.628</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**SCG IV Holding S.A.**

**Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Nota	Consolidado		Controladora	
	2018	2017 Reapresentado*	2017	2017 Reapresentado*
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>				
<b>Resultado antes de impostos</b>				
	(2.339)	6.941	(14.514)	802
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciação do imobilizado	15	23.283	21.873	-
Amortização do intangível	16	374	390	-
Resultado da venda de ativos imobilizados		(3.893)	(423)	-
Juros com empréstimos e financiamentos	17	8.352	14.700	-
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa		444	(531)	-
Provisão (reversão) de contingências		1.486	3.163	-
Resultado de equivalência patrimonial	14	-	-	(9.169)
<b>Redução (aumento) nos ativos e aumento (redução) nos passivos operacionais</b>				
Contas a receber de clientes	9	(3.960)	9.487	-
Estoques	10	(11.367)	(376)	-
Impostos a recuperar	11	(2.669)	(1.555)	16
Despesas pagas antecipadamente		436	174	-
Outras contas a receber		16.902	(5.627)	15.004
Depósitos judiciais e cauções	20	(28)	(589)	-
Fornecedores e outras contas a pagar	18	2.320	2.856	(31)
Adiantamento de clientes		258	171	-
Obrigações fiscais e trabalhistas		826	631	4
			-	(13)
<b>Outros fluxos de caixa de atividades operacionais</b>				
Juros pagos com empréstimos	17	(8.289)	(17.628)	-
<b>Caixa líquido gerado pelas (usado nas) atividades operacionais</b>		<b>22.137</b>	<b>33.657</b>	<b>(9.976)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>				
Aquisição de imobilizado	15	(23.166)	(12.526)	-
Venda de imobilizado	15	5.180	-	-
Aquisição de intangível	16	(689)	(711)	(14.000)
<b>Caixa líquido usado nas atividades de investimento</b>		<b>(18.675)</b>	<b>(13.237)</b>	<b>-</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>				
Aumento de capital social	21	20.000	20.000	20.000
Novos empréstimos e financiamentos	17	-	4.000	-
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	17	(17.313)	(38.663)	-
<b>Caixa líquido gerado pelas (usado nas) atividades de financiamentos</b>		<b>2.687</b>	<b>(14.663)</b>	<b>20.000</b>
<b>Aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>6.149</b>	<b>5.757</b>	<b>10.024</b>
<b>Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>				
No início do exercício	8	18.104	12.347	512
No fim do exercício	8	24.253	18.104	10.536

\* Veja nota explicativa 4.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

### 1 Contexto operacional

A SCG IV Holding S.A. (o “Grupo” a “SCG”, ou a “Companhia”) é uma Companhia de capital fechado e tem sua sede na Rua Gomes de Carvalho, nº 1356 no bairro Vila Olímpia em São Paulo - SP, e possui como objetivo a participação em outras sociedades comerciais, como sócia, acionista ou cotista (“holding”). A Companhia foi constituída em 21 de março de 2014 e em 23 de dezembro de 2014 foi aprovada a alteração da razão social da Latefah Empreendimentos e Participações S.A. para SCG IV Holding S.A..

A Companhia controla a Tópico Locação de Galpões e Equipamentos S.A. (“Tópico”) que é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 18 de agosto de 2006 e em 27 de agosto de 2014 virou sociedade anônima de capital fechado. A sede da Tópico fica na avenida Jorge Alfredo Camasmie, nº 122, no bairro Parque Industrial Ramos de Freitas - lote 20 - quadra C, na cidade de Embu das Artes no estado de São Paulo. A Tópico tem como objeto a fabricação de coberturas, estruturas metálicas, infláveis, entre outros itens para montagem de infraestrutura flexível e atuante também no segmento de locação e comercialização desses ativos, sendo líder neste mercado brasileiro.

A Companhia apurou no exercício findo de 31 de dezembro de 2018 um prejuízo individual e consolidado de R\$ 14.515 e R\$ 10.034, respectivamente, cujos efeitos são decorrentes da incidência de despesas com juros no montante de R\$ 5.722 sobre o contrato de compra e venda de 70% das ações da controlada Tópico Locações de Galpões e Equipamentos S.A. (“Tópico”).

### 2 Relação de entidade controlada

Veja política contábil na nota explicativa 6.

Segue abaixo participação acionária do Grupo

	Participação acionária %		
	País	2018	2017
Tópico	Brasil	70	70

### 3 Base de preparação

#### a. Declaração de conformidade

As presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas da SCG para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela diretoria em 14 de junho de 2019.

**b. Base de mensuração**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico com base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio de resultado.

**c. Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da SCG.

Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**d. Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com os CPCs requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração da SCG no processo de aplicação das políticas contábeis, desta forma, os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua e tais revisões são reconhecidas no exercício em que são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas pela SCG que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão descritas na nota explicativa:

- **Nota 22** - Receita líquida de venda e serviços: determinação do momento da transferência do controle inerente a prestação de serviço de locação.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 9** - Provisão para perdas esperadas do contas a receber de clientes: principais premissas sobre a probabilidade do não recebimento do contas a receber com clientes;
- **Nota 13** - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- **Nota 15** - Imobilizado: teste de redução ao valor recuperável, principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- **Nota 16** - Intangível (ágio): teste de redução ao valor recuperável, análise de existência de indícios de imparidade dos ativos intangíveis (ágio);
- **Nota 20** - Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

#### 4 Mudança nas principais práticas contábeis

A Companhia aplicou inicialmente o CPC 47 e CPC 48 a partir de 1º de janeiro de 2018. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia.

Devido aos métodos de transição escolhidos pela Companhia na aplicação dessas normas, as informações comparativas dessas demonstrações financeiras não foram reapresentadas para refletir os requerimentos das novas normas, exceto para certas exigências de apresentação separada de redução ao valor recuperável de contas a receber e ativos contratuais.

##### a. CPC 47 Receita de contrato com cliente

O CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Ele substituiu o CPC 30 - Receitas, o CPC 17- Contratos de Construção e interpretações relacionadas. De acordo com o CPC 47, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento.

A Companhia adotou o CPC 47 usando o método de efeito cumulativo (sem expedientes práticos), com o efeito de aplicação inicial da norma em 1º de janeiro de 2018, sem efeito material. Consequentemente, a informação apresentada para 2017 não foi reapresentada - isto é, está apresentada, conforme reportado anteriormente, sob o CPC 30, o CPC 17 e interpretações relacionadas. Além disso, os requerimentos de divulgação do CPC 47, em geral, não foram aplicados à informação comparativa.

##### b. CPC 48 Instrumentos Financeiros

O CPC 48 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substituiu o CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

Como resultado da adoção do CPC 48, a SCG adotou as alterações consequentes ao CPC 26 Apresentação de Demonstrações Financeiras, que exigem que a redução ao valor recuperável dos ativos financeiros sejam apresentados em linha separada na demonstração do resultado.

Anteriormente, a abordagem da SCG era incluir a redução ao valor recuperável de contas a receber em despesas comerciais e administrativas. Consequentemente, a Companhia reclassificou as perdas por redução ao valor recuperável de R\$ 1.163 mil, reconhecidas pelo CPC 38, de “despesas comerciais e administrativas” para “perdas por redução ao valor recuperável de contas a receber” na demonstração dos resultados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017. As perdas por redução ao valor recuperável de outros ativos financeiros são apresentadas na rubrica de “despesas financeiras”, similar à apresentação no CPC 38, e não apresentadas separadamente na demonstração do resultado devido a considerações sobre materialidade.

## 5 Retificação de erros

Os valores correspondentes referentes aos saldos de abertura em 1º de janeiro de 2017 e 31 de dezembro de 2017 bem como as transações do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentados para fins de comparação nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão sendo reapresentadas, para refletir a correção de erros, conforme descrito a seguir, em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Erro e CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis.

Durante o exercício de 2018, a Companhia identificou que o valor contábil da contraprestação contingente para a aquisição da Tópico Locações de Galpões e Equipamentos para Indústrias S.A em 2015, que inicialmente foi reconhecido como passivo financeiro provisório para qual a contabilização ainda estava incompleta em conformidade com o CPC 15, não foi ajustado, em julho de 2015, para considerar novas informações obtidas relativas a fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição. Para correção desse erro, os valores correspondentes referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2017, da rubrica contas a pagar está sendo reduzido em 54.670 e da rubrica contas a receber está sendo aumentado em R\$ 10.667, em contrapartida do patrimônio líquido. Adicionalmente, a mensuração subsequente das rubricas de contas a pagar e contas a receber está sendo ajustada pela reversão da mensuração reconhecida anteriormente com base nos valores contábeis antes dos ajustes descritos acima, e pelo reconhecimento da mensuração com base nos valores contábeis depois dos ajustes descritos anteriormente, impactando, concomitantemente com o ajuste mencionado acima, a rubrica de contas a pagar em 1º de janeiro de 2017 no montante de R\$ 70.055, e em 31 de dezembro de 2017 no montante de R\$ 77.015, e a rubrica de contas a receber em 1º de janeiro de 2017 no montante de R\$ 13.648 e em 31 de dezembro de 2017 no montante de R\$ 15.003 para o mesmo período comparativo.

Adicionalmente, os ajustes descritos acima também têm impacto nos valores contábeis do ágio por rentabilidade futura e no ativo fiscal diferido, reconhecido em fevereiro de 2015 com a incorporação reversa da SCG IV pela Tópico. Para considerar esse impacto, o ágio por rentabilidade futura foi reduzido em R\$ 46.463 e o ativo fiscal diferido foi reduzido em R\$ 17.719. Adicionalmente, a amortização anual do benefício fiscal foi reduzida em R\$ 2.953 em 2015 e R\$ 3.544 em 2016, totalizando uma redução de R\$ 11.222 em 1 de janeiro de 2017 no patrimônio líquido e R\$ 7.678 em 31 de dezembro de 2017, impactando o resultado no período em R\$ 3.544.

Consequentemente, os valores da controladora apresentados em outras contas a receber foram apresentados a menor, e Investimento, Outras contas a pagar, Resultado de equivalência patrimonial proveniente do refazimento da investida Tópico e Resultado financeiro foram apresentados a maior. Os valores do Consolidado apresentados em Outras contas a receber e Imposto diferido (resultado) foram apresentados a menor e Imposto diferido (ativo) proveniente do refazimento do componente Tópico, Intangível, Outras contas a pagar e Despesa financeira foram apresentados a maior.

A tabela a seguir resume os impactos nas demonstrações financeiras da empresa:

**(i) Balanço patrimonial**

1º de janeiro de 2017	Impactos da retificação de erros (controladora)			Impactos da retificação de erros (consolidado)		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
<i>Em milhares de Reais</i>						
Outras contas a receber	-	-	-	898	-	898
Outros	954	-	954	52.515	-	52.515
<b>Total de ativo circulante</b>	<b>954</b>	<b>-</b>	<b>954</b>	<b>53.413</b>	<b>-</b>	<b>53.413</b>
Outras contas a receber	-	13.648	13.648	1.642	13.648	15.290
Impostos diferidos ativos	-	-	-	67.821	(11.222)	56.599
Intangível	-	-	-	185.045	(46.463)	138.582
Investimentos	292.776	(59.635)	233.141	-	-	-
Outros	-	-	-	153.865	-	153.865
<b>Total do ativo</b>	<b>293.730</b>	<b>(45.987)</b>	<b>247.743</b>	<b>461.786</b>	<b>(44.037)</b>	<b>417.749</b>
Outras contas a pagar	35.950	(35.950)	-	45.855	(35.950)	9.905
Outros	13	-	13	131.151	-	131.151
<b>Total de passivo circulante</b>	<b>35.963</b>	<b>(35.950)</b>	<b>13</b>	<b>177.006</b>	<b>(35.950)</b>	<b>141.056</b>
Outras contas a pagar	127.932	(34.105)	93.827	127.932	(34.105)	93.827
Outros	-	-	-	1.936	-	1.936
<b>Total do passivo</b>	<b>163.895</b>	<b>(70.055)</b>	<b>93.840</b>	<b>306.874</b>	<b>(70.055)</b>	<b>236.819</b>
Não controladores	-	-	-	25.077	1.950	27.027
Prejuízos acumulados	(50.265)	24.068	(26.197)	(50.265)	24.068	(26.197)
Outros	180.100	-	180.100	180.100	-	180.100
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>129.835</b>	<b>24.068</b>	<b>153.903</b>	<b>154.912</b>	<b>26.018</b>	<b>180.930</b>
31 de dezembro de 2017	Impactos da retificação de erros (controladora)			Impactos da retificação de erros (consolidado)		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
<i>Em milhares de Reais</i>						
Outras contas a receber	-	15.003	15.003	2.679	15.003	17.682
Outros	532	-	532	51.073	-	51.073
<b>Total de ativo circulante</b>	<b>532</b>	<b>15.003</b>	<b>15.535</b>	<b>53.752</b>	<b>15.003</b>	<b>68.755</b>
Impostos diferidos ativos	-	-	-	62.068	(7.678)	54.390
Intangível	-	-	-	185.368	(46.463)	138.905
Investimentos	313.463	(57.153)	256.310	-	-	-
Outros	-	-	-	149.745	-	149.745
<b>Total do ativo</b>	<b>313.995</b>	<b>(42.150)</b>	<b>271.845</b>	<b>450.933</b>	<b>(39.138)</b>	<b>411.795</b>
Outras contas a pagar	59.367	(39.367)	20.000	62.815	(39.367)	23.448
Outros	-	-	-	26.217	-	26.217
<b>Total de passivo circulante</b>	<b>59.367</b>	<b>(39.367)</b>	<b>20.000</b>	<b>89.032</b>	<b>(39.367)</b>	<b>49.665</b>
Outras contas a pagar	120.788	(37.648)	83.140	120.788	(37.648)	83.140
Outros	-	-	-	73.328	-	73.328
<b>Total do passivo</b>	<b>180.155</b>	<b>(77.015)</b>	<b>103.140</b>	<b>283.148</b>	<b>(77.015)</b>	<b>206.133</b>
Não controladores	-	-	-	33.944	3.013	36.957
Prejuízos acumulados	(60.260)	34.865	(25.395)	(60.260)	34.865	(25.395)
Outros	194.100	-	194.100	194.100	-	194.100
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>133.840</b>	<b>34.865</b>	<b>168.705</b>	<b>167.784</b>	<b>37.878</b>	<b>205.662</b>

**(ii) Demonstrações consolidadas do resultado e resultado abrangente**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017	Impactos da retificação de erros (controladora)			Impactos da retificação de erros (consolidado)		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
<i>Em milhares de Reais</i>						
<b>Lucro bruto</b>	-	-	-	<b>47.662</b>	-	<b>47.662</b>
Resultado de equivalência patrimonial	6.688	2.481	9.169	-	-	-
Outros	(452)	-	(452)	(18.955)	-	(18.955)
<b>Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos</b>	<b>6.236</b>	<b>2.481</b>	<b>8.717</b>	<b>28.707</b>	-	<b>28.707</b>
Receitas financeiras	50	-	50	1.920	-	1.920
Despesas financeiras	(16.281)	8.316	(7.965)	(32.002)	8.316	(23.686)
<b>Resultado antes dos impostos</b>	<b>(9.995)</b>	<b>10.797</b>	<b>802</b>	<b>(1.375)</b>	<b>8.316</b>	<b>6.941</b>
Imposto corrente	-	-	-	-	-	-
Imposto diferido	-	-	-	(5.753)	3.544	(2.209)
<b>Lucro líquido</b>	<b>(9.995)</b>	<b>10.797</b>	<b>802</b>	<b>(7.128)</b>	<b>11.860</b>	<b>4.732</b>
Controladores	(9.995)	10.797	802	(9.995)	10.797	802
Não controladores	-	-	-	2.867	1.063	3.930
<b>Total do resultado abrangente</b>	<b>(9.995)</b>	<b>10.797</b>	<b>802</b>	<b>(7.128)</b>	<b>11.860</b>	<b>4.732</b>

**6 Principais práticas contábeis**

As práticas contábeis descritas em detalhes a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, salvo indicação ao contrário (veja nota explicativa 3)

Certos montantes comparativos nos balanços patrimoniais, nas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, mutação do patrimônio líquido e demonstração do fluxo de caixa foram atualizados, reclassificados ou reapresentados, como resultado de uma mudança na política contábil (veja nota explicativa 3) ou como retificação de erros (veja nota explicativa 5).

**a. Base de consolidação**

**(i) Combinações de negócios**

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para o Grupo (veja (a)(ii)). A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável (veja (d)(iv)). Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

**(ii) Controladas**

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

**(iii) Participação de acionistas não-controladores**

O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição.

Mudanças na participação do Grupo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

**(iv) Perda de controle**

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

**(v) Transações eliminadas na consolidação**

Saldos de investimentos, são eliminados contra a sua participação no patrimônio líquido da investida..

**b. Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

**c. Instrumentos financeiros**

**(i) Reconhecimento e mensuração inicial**

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (“VJR”), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) **Classificação e mensuração subsequente**

*Instrumentos Financeiros - Política aplicável a partir de 1º de Janeiro de 2018*

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo outros resultados abrangentes (“VJORA”) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (“VJR”).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
- Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:
- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes. Essa escolha é feita investimento por investimento.

*Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio: política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018*

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

*Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018*

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

*Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018*

<b>Ativos financeiros a VJR</b>	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.
<b>Ativos financeiros a custo amortizado</b>	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
<b>Instrumentos de dívida a VJORA</b>	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

**d. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)**

**(i) Ativos financeiros não-derivativos**

Política aplicável a partir de 1º de Janeiro de 2018

*Instrumentos financeiros e ativos contratuais*

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 90 dias de atraso, considerando situação financeira do cliente.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

**(ii) Mensuração das perdas de crédito esperada**

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

**(iii) Ativos financeiros com problemas de recuperação**

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor;
  - quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
  - reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
  - a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
  - o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.
- (iv) Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial**  
A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA.

(v) **Baixa**

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 360 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

(vi) **Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou Unidades Geradoras de Caixas (“UGCs”). O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

e. **Estoque**

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques são determinados pelo custo médio.

f. **Imobilizado**

(i) **Reconhecimento e mensuração**

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou ativação por industrialização, deduzidos de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo de certos itens do imobilizado em 1º de janeiro de 2009, a

data de transição da SCG para o CPC (IFRS) foi determinada com base em seu valor justo naquela data.

Os ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro da rubrica de resultado na venda de ativos imobilizados no resultado.

**(ii) Custos subsequentes**

São incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

**(iii) Depreciação**

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a SCG irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento.

As vidas úteis estimadas para o período corrente são, aproximadamente, as seguintes:

Máquinas e equipamentos	10 anos
Veículos	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Equipamentos de segurança	5 anos
Instalações	10 anos
Ferramentas	5 anos
Ativos de galpão	entre 6 (lona) e 15 anos (estrutura)
Benfeitorias em Imóveis de terceiros	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

**g. Ativos intangíveis e ágio**

**(i) Reconhecimento e Mensuração**

**Ágio**

O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

*Outros ativos intangíveis*

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

**(ii) *Gastos subsequentes***

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

**(iii) *Amortização***

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado.

**h. *Arrendamentos***

**(i) *Determinação e pagamentos dos contratos que contém arrendamentos***

No início do contrato, a Companhia determina se ele é ou contém um arrendamento, separa os pagamentos e outras contraprestações requeridas pelo contrato referentes ao arrendamento daqueles referentes aos outros elementos do contrato com base no valor justo relativo de cada elemento.

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos recebidos são reconhecidos como uma parte integrante das despesas totais de arrendamento, pelo prazo de vigência do arrendamento.

**(ii) *Ativos arrendados***

Ativos mantidos sob arrendamentos que transferem substancialmente para a SCG todos os riscos e benefícios de propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é mensurado pelo montante igual ao menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

**i. *Provisões***

As provisões são reconhecidas quando a SCG tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. A avaliação da probabilidade de perda desses processos inclui a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das Leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para refletir alterações nas circunstâncias, tais como, prazo

de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

**j. Benefícios a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

**k. Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido da SCG são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos são compensados se houver o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral quando relacionado com a mesma entidade legal e a mesma autoridade fiscal.

**l. Receita de serviços e venda de produtos**

***Locação***

A receita de locação é reconhecida no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Incentivos de arrendamento concedidos são reconhecidos como parte integral da receita total de aluguéis, pelo período do arrendamento.

***Venda de produtos***

A venda de produtos novos ocorre por encomenda do cliente, a SCG adquire os materiais e incorre nos serviços para preparação do produto e quando ocorre a entrega do produto é reconhecida a receita na rubrica de receita operacional de vendas. A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência persuasiva

de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a SCG, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

**m. Receitas e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões, e perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecida nos ativos financeiros, exceto para as perdas com risco de crédito que são reconhecidas nas despesas com clientes.

Receitas e despesas de juros são reconhecidas no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

**n. Determinação do valor justo**

Diversas políticas e divulgações contábeis da SCG exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação utilizando-se das informações disponíveis e metodologias apropriadas, procedimento este que requer considerável julgamento e razoáveis estimativas para se produzir o valor justo mais adequado. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

**7 Novas normas e interpretações ainda não adotadas**

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras.

**a. CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Arrendamentos**

A Companhia deverá adotar o CPC 06(R2)/IFRS 16 - Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia avaliou o potencial impacto que a aplicação inicial do CPC 06 (R2)/IFRS 16 terá sobre as demonstrações financeiras, conforme descrito abaixo. Os impactos reais da adoção da norma a partir de 1º de janeiro de 2019 poderão mudar porque:

- a Companhia não finalizou o teste e a avaliação dos controles sobre os novos sistemas de TI; e
- as novas políticas contábeis estão sujeitas à mudança até que a Companhia apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data da aplicação inicial.

O CPC 06 (R2)/IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador

permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

O CPC 06 (R2)/IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06/IAS 17 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03/IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

**(i) Arrendamentos em que a Companhia é um arrendatário**

A Companhia reconhecerá novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais do aluguel de imóveis e frotas. A natureza das despesas relacionadas àqueles arrendamentos mudará porque a Companhia reconhecerá um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

A Companhia anteriormente reconhecia uma despesa linear de arrendamento operacional durante o prazo do arrendamento, e reconhecia ativos e passivos na medida em que havia uma diferença temporal entre os pagamentos efetivos de arrendamentos e as despesas reconhecidas.

Além disso, a Companhia não mais reconhecerá provisões para arrendamentos operacionais que ele avaliar como onerosos, conforme descrito na nota explicativa 25(d). A Companhia incluirá nas obrigações do arrendamento os pagamentos devidos nos termos do arrendamento.

Com base nas informações atualmente disponíveis, a Companhia estima que reconhecerá obrigações adicionais de arrendamento de R\$ 4.597 em 1º de janeiro de 2019, referente a compromissos assumidos em contrato de aluguel de imóveis. A Companhia espera que a adoção do CPC 06 (R2)/IFRS 16 não afete sua capacidade de cumprir com os acordos contratuais (*covenants*) de limite máximo de alavancagem em empréstimos descritos na nota 17.

**(ii) Transição**

A Companhia pretende aplicar o CPC 06(R2)/IFRS 16 inicialmente em 1º de janeiro de 2019, utilizando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção do CPC 06(R2)/IFRS 16 será reconhecido como um ajuste no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

A Companhia planeja aplicar o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento na transição. Isso significa que aplicará o CPC 06(R2)/IFRS 16 a todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 que eram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17 e a ICPC 03/IFRIC 4.

**Outras normas**

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

- IFRIC 23/ICPC 22 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro.
- Características de Pré-Pagamento com Remuneração Negativa (Alterações na IFRS 9).
- Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (Alterações no CPC 18(R2)/IAS 28).

- Alterações no Plano, Reduções ou Liquidação do Plano (Alterações no CPC 33/IAS 19).
- Ciclo de melhorias anuais nas normas IFRS 2015-2017 - várias normas.
- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.

## 8 Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Caixa e bancos	143	890	3	512
Aplicações financeiras	24.110	17.214	10.533	-
	24.253	18.104	10.536	512

As aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalente de caixa são consideradas ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato e sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras em certificado de depósito bancário (CDB) e operações compromissadas são denominadas em Reais e remuneradas por taxas variáveis de 99,5% e 94,4% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente.

## 9 Contas a receber de clientes (Consolidado)

	Consolidado	
	2018	2017
Duplicatas a receber	29.842	25.882
Provisão para perda de crédito esperada	(11.114)	(10.670)
	18.728	15.212

### a. Movimentação na provisão para perda de crédito esperada

	Consolidado	
	2018	2017
Em 1º de janeiro	(10.670)	(11.200)
Provisão para perda de crédito esperada	(1.636)	(808)
Valores não usados, estornados	1.192	1.338
Em 31 de dezembro	(11.114)	(10.670)

A despesa com provisão para perda de crédito esperada foi registrada na rubrica de perda por redução ao valor recuperável de contas a receber na demonstração de resultado. Quando esgotados os esforços para recuperação das contas a receber, os valores creditados na rubrica provisão para perda de crédito esperada são, em geral, revertidos contra a baixa definitiva do título.

O saldo acumulado em 31 de dezembro de 2018 de provisão para perda esperada do contas a receber é composto, em sua maioria por créditos em acordo judicial e contas a receber de clientes em recuperação judicial.

A exposição da Companhia a riscos de crédito dos saldos de contas a receber de cliente está divulgada na nota explicativa 27.

## 10 Estoques (Consolidado)

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Matérias primas	13.088	3.507
Materiais indiretos	4.559	4.271
Outros estoques	5.050	3.523
Matérias de uso e consumo	1.173	1.202
	<b>23.870</b>	<b>12.503</b>

## 11 Impostos a recuperar (Consolidado)

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2018</b>	<b>2017</b>
ICMS a recuperar	1.394	1.403
IPI a recuperar	1.619	469
PIS a recuperar	326	288
COFINS a recuperar	1.531	1.350
INSS a recuperar	1.146	85
Outros impostos a recuperar	644	380
	<b>6.660</b>	<b>3.975</b>

## 12 Outras contas a receber (Consolidado)

	<b>Consolidado</b>		<b>Controladora</b>	
	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
		<b>Reapresentado</b>		<b>Reapresentado</b>
Outras contas a receber *	-	15.003	-	15.003
Reembolso de contingência	1.885	3.931	-	-
Depósito fiança	202	201	-	-
Adiantamento	301	1.728	-	-
Adiantamento a funcionário	149	234	-	-
Outros	164	717	-	15.003
	<b>2.701</b>	<b>21.814</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Circulante	614	17.682	-	15.003
Não circulante	2.087	4.132	-	-

**a. Movimentação das outras contas a receber:**

Saldo em 31 de dezembro 2016 Reapresentado	Juros Recebimentos	Saldo em 31 de dezembro 2017 Reapresentado	Juros Recebimentos	Ajuste preço	Saldo em 31 de dezembro 2018
13.648	1.355	15.003	340	(9.696)	(5.647)

(\*) Montante referente as parcelas a receber dos ex-acionistas da Tópico referente ao ajuste de preço no momento da aquisição da Companhia.

**13 Impostos diferidos (Consolidado)**

**a. Impostos diferidos reconhecidos (Consolidado)**

Os impostos diferidos de ativos e passivos foram atribuídos da seguinte forma:

	Ativos		Passivos		Líquido	
	2018	2017 Reapresentado	2018	2017 Reapresentado	2018	2017 Reapresentado
Provisão para ações trabalhistas	512	368	-	-	512	368
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	3.779	1.386	-	-	3.779	1.386
Provisão de bônus	538	661	-	-	538	661
Provisão para contas a pagar	445	165	-	-	445	165
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	40.610	39.696	-	-	40.610	39.696
Benefício fiscal de ágio	22.015	33.207	-	-	22.015	33.207
Imobilizado (Ajuste de avaliação patrimonial)	-	-	(21.204)	(21.093)	(21.204)	(21.093)
Impostos ativos (passivos)	67.899	75.483	(21.204)	(21.093)	46.695	54.390
Montante passível de compensação	(21.204)	(21.093)	21.204	21.093	-	-
Imposto líquido ativos	46.695	54.390	-	-	46.695	54.390

Os ativos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados à medida que estes sejam liquidados ou realizados. O período de liquidação ou realização de tais diferenças é impreciso e está vinculado a diversos fatores que não estão sob o controle da Administração.

Na estimativa de realização dos créditos fiscais diferidos ativos, constituídos sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, a Administração considera seu plano orçamentário e estratégico, ajustados com base nas estimativas das principais adições e exclusões fiscais. Com base nesta estimativa, a Administração acredita que é provável que esses créditos fiscais diferidos sejam realizados até Dezembro de 2024.

**b. Movimento dos impostos diferidos por diferenças temporárias durante o ano:**

	31/12/2017 Reapresentado	Reconhecidos no resultado	31/12/2018
Provisão para ações trabalhistas	368	144	512
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	1.386	2.393	3.779
Provisão de bônus	661	(123)	538
Provisão para contas a pagar	165	280	445
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	39.696	914	40.610
Imposto diferido - Ágio	33.207	(11.192)	22.015
Imobilizado (Ajuste de avaliação patrimonial)	(21.093)	(111)	(21.204)
	<u>54.390</u>	<u>(7.695)</u>	<u>46.695</u>
Impostos diferidos líquidos ativos (passivos)	<u>54.390</u>	<u>(7.695)</u>	<u>46.695</u>

**14 Investimentos (Controladora)**

**a. Composição dos investimentos**

Companhia:	2018	2017 Reapresentado
Tópico Locações de Equipamentos de Galpões S.A.	<u>266.765</u>	<u>256.310</u>
	<u>266.765</u>	<u>256.310</u>

**b. Movimentação dos investimentos**

	2018	2017 Reapresentado
Em 1º de janeiro	<u>256.310</u>	<u>233.141</u>
Aporte de capital (i)	-	14.000
Resultado de equivalência patrimonial	<u>10.455</u>	<u>9.169</u>
Em 31 de dezembro	<u>266.765</u>	<u>256.310</u>

- (i) Em 29 de setembro de 2017, a Companhia aportou R\$ 13.300 e em 6 de outubro de 2017 R\$ 700 na controlada Tópico com a aquisição de 14.000.000 (quatorze milhões) de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal pelo preço de emissão de R\$ 1,00 (um Real).

**15 Imobilizado (Consolidado)**

**a. Movimentações do custo e da depreciação**

Custo	31/12/2017	Adições	Baixas	31/12/2018
Máquinas e equipamentos	9.761	717	(53)	10.425
Veículos	5.747	22	-	5.769
Móveis e utensílios	1.546	192	(43)	1.695
Equipamentos de informática	1.779	396	(239)	1.936
Equipamentos de segurança	72	392	-	464
Instalações	371	71	(103)	339
Ferramentas	894	98	(46)	946

	<b>31/12/2017</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>31/12/2018</b>
Ativos de Galpão	225.287	21.795	(3.839)	243.243
Benfeitorias em imóveis de terceiros	<u>3.292</u>	<u>793</u>	<u>(34)</u>	<u>4.051</u>
<b>Total</b>	<b>248.749</b>	<b>24.476</b>	<b>(4.357)</b>	<b>268.868</b>
<b>Depreciação acumulada</b>				
Máquinas e equipamentos	(5.110)	(778)	-	(5.888)
Veículos	(3.549)	(832)	-	(4.381)
Móveis e utensílios	(624)	(144)	14	(754)
Equipamentos de informática	(968)	(249)	-	(1.217)
Equipamentos de segurança	(31)	(13)	-	(44)
Instalações	(154)	(27)	17	(164)
Ferramentas	(540)	(106)	-	(646)
Ativos de Galpão	(91.139)	(20.634)	1.731	(110.042)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	<u>(1.693)</u>	<u>(500)</u>	<u>-</u>	<u>(2.193)</u>
<b>Total</b>	<b><u>(103.808)</u></b>	<b><u>(23.283)</u></b>	<b><u>1.762</u></b>	<b><u>(125.329)</u></b>
<b>Valor líquido contábil</b>	<b><u>144.941</u></b>	<b><u>1.193</u></b>	<b><u>(2.595)</u></b>	<b><u>143.539</u></b>
	<b>31/12/2016</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>31/12/2017</b>
<b>Custo</b>				
Máquinas e equipamentos	9.790	48	(77)	9.761
Veículos	6.072	-	(325)	5.747
Móveis e utensílios	1.464	82	-	1.546
Equipamentos de informática	1.390	392	(3)	1.779
Equipamentos de segurança	72	-	-	72
Instalações	371	-	-	371
Ferramentas	825	69	-	894
Ativos de galpão	215.638	19.572	(9.923)	225.287
Benfeitorias em imóveis de terceiros	<u>2.944</u>	<u>574</u>	<u>(226)</u>	<u>3.292</u>
<b>Total</b>	<b>238.566</b>	<b>20.737</b>	<b>(10.554)</b>	<b>248.749</b>
<b>Depreciação acumulada</b>				
Máquinas e equipamentos	(4.382)	(767)	39	(5.110)
Veículos	(2.804)	(965)	220	(3.549)
Móveis e utensílios	(488)	(136)	-	(624)
Equipamentos de informática	(767)	(201)	-	(968)
Equipamentos de segurança	(18)	(13)	-	(31)
Instalações	(124)	(30)	-	(154)
Ferramentas	(419)	(121)	-	(540)
Ativos de galpão	(74.541)	(19.105)	2.507	(91.139)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	<u>(1.158)</u>	<u>(535)</u>	<u>-</u>	<u>(1.693)</u>
<b>Total</b>	<b><u>(84.701)</u></b>	<b><u>(21.873)</u></b>	<b><u>2.766</u></b>	<b><u>(103.808)</u></b>
<b>Valor líquido contábil</b>	<b><u>153.865</u></b>	<b><u>(1.136)</u></b>	<b><u>(7.788)</u></b>	<b><u>144.941</u></b>

(\*) As referidas adições e baixas incluem os montantes de R\$ 1.310 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 4.758 em 31 de dezembro de 2017), decorrentes de aquisições e baixas de produtos que transitam pelo imobilizado para formação de produto novo, o qual é reconhecido como custo dos produtos vendidos na rubrica de “consumo de materiais e estoques”, dessa forma, esse efeito é excluído das linhas de aquisições e vendas de imobilizado na demonstração dos fluxos de caixa.

**b. Ativos totalmente depreciados**

Descrição	Vidas úteis estimadas	Custo dos ativos totalmente depreciados
Máquinas e equipamentos	10 anos	1.510
Veículos	5 anos	1.225
Móveis e utensílios	10 anos	80
Equipamentos de informática	5 anos	548
Instalações	10 anos	2
Ferramentas	10 anos	350
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5 anos	350
Estruturas e coberturas	De 6 a 15 anos	<u>18.115</u>
Total		<u><u>22.180</u></u>

**c. Teste de redução ao valor recuperável (impairment)**

O valor recuperável foi baseado no valor justo menos os custos de venda, estimados com base na quantidade existente de estrutura e coberturas e o preço de venda por m<sup>2</sup> utilizado em 2018 deduzidos de comissões sobre vendas e custos de montagem e desmontagem. O valor recuperável estimado em R\$ 505.534 foi superior ao seu valor contábil de R\$ 133.316 em 31 de dezembro de 2018 valor recuperável estimado em R\$ 314.801 e valor contábil em R\$ 134.346 em 31 de dezembro de 2017.

**16 Intangível (Consolidado)**

	31/12/2017 Reapresentado	Adições	31/12/2018
<b>Custo</b>			
Ágio de combinação de negócios	137.350	-	137.350
Outros	<u>2.667</u>	<u>690</u>	<u>3.357</u>
Total	140.017	690	140.707
<b>Amortização acumulada</b>			
Outros	<u>(1.113)</u>	<u>(374)</u>	<u>(1.487)</u>
	<u>(1.113)</u>	<u>(374)</u>	<u>(1.487)</u>
<b>Valor líquido contábil</b>	<u>138.905</u>	<u>316</u>	<u>139.220</u>

**Análise de perda ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa contendo ágio**

A Companhia testa ágio para *impairment* no mínimo anualmente (nota explicativa 6 (d)).

O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGC), nesse caso, há apenas uma UGC definida que é a Tópico.

A Companhia utiliza para determinação do valor recuperável o método do valor em uso que tem como base a projeção dos fluxos de caixa descontados esperados das unidades geradoras de caixa determinados pela Administração com base nos orçamentos que levam em consideração as premissas relacionadas a cada UGC, utilizando-se de informações disponíveis no mercado e desempenhos anteriores. Os fluxos de caixa descontados foram elaborados por um período de 5 anos, considerando taxa de crescimento anuais, baseado no desempenho passado e em suas expectativas para o desenvolvimento do mercado. A taxa de desconto antes dos impostos utilizada corresponde à taxa média de mercado das empresas do setor, calculada em 12,3% ao ano. A Companhia utilizou uma taxa de crescimento na perpetuidade de 5,9% ao ano.

As principais premissas utilizadas foram: expectativa de área alugada e preços de aluguel e venda de ativos, custos operacionais e administrativos.

Todo fluxo de caixa futuro foi descontado por taxas que refletem riscos específicos relacionados aos ativos relevantes em cada unidade geradora de caixa.

Como resultado dos testes anuais, nenhuma despesa por perda de valor recuperável de ativos e ágio foi reconhecida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro 2018 e 2017. A determinação da recuperabilidade dos ativos depende de certas premissas chave, conforme descrito anteriormente, que são influenciadas pelas condições de mercados, tecnológicas, econômicas vigentes no momento em que essa recuperabilidade é testada e, dessa forma, não é possível determinar se novas perdas de recuperabilidade ocorrerão no futuro e, caso ocorram, se estas serão materiais.

## 17 Empréstimos e financiamentos (Consolidado)

	31/12/2018			31/12/2017			Encargos financeiros anuais (%)	Vencimento	Garantias
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total			
<b>Empréstimos e financiamentos com terceiros</b>									
Em moeda nacional									
Debentures	18.640	51.431	70.071	19.005	68.316	87.321	CDI + 2,95% a.a. até março de 2018	Setembro de 2022	n/a
	<u>18.640</u>	<u>51.431</u>	<u>70.431</u>	<u>19.005</u>	<u>68.316</u>	<u>87.321</u>			

### a. Movimentação dos empréstimos:

Modalidades:	Saldo em 31 de dezembro de 2017	Adições	Pagamentos de principal	Juros provisionados	Pagamentos de juros	Saldo em 31 de dezembro de 2018
Debentures	<u>87.321</u>	-	<u>(17.313)</u>	<u>8.352</u>	<u>(8.289)</u>	<u>70.071</u>
	<u>87.321</u>	-	<u>(17.313)</u>	<u>8.352</u>	<u>(8.289)</u>	<u>70.071</u>

### **1ª emissão de Debêntures**

Em 26 de fevereiro de 2015, a Tópico emitiu 156 debêntures em série única no valor nominal unitário de R\$ 1.000. As debêntures emitidas são simples, ou seja, não há conversão em ações de emissão da Tópico. O saldo do valor nominal unitário será amortizado semestralmente, nos meses de março e setembro, a partir do dia 31 de março de 2016 em 10 parcelas consecutivas até 30 de setembro de 2022 conforme 2º aditamento fiduciário realizado em Dezembro de 2017. Neste 2º aditamento alongou-se o prazo de Março de 2020 para Setembro de 2022. Sobre essas debêntures, incidem juros remuneratórios de CDI + 2,95% a.a. até o mês de Março de 2018 e após esta data será 3.98% a.a. As debêntures não possuem garantia.

Na escritura contém uma cláusula contratual restritiva (covenant) estabelecendo que, ao final de cada exercício, o índice financeiro Dívida Líquida/ EBITDA não pode ser superior ou igual a 2,00 (dois inteiros), caso contrário a dívida se torna imediatamente vencido. Par os exercícios encerrados em 2018 e 2017 não foi identificado quebra do índice financeiro.

## **18 Fornecedores e outras contas a pagar**

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
	Reapresentado		Reapresentado	
Fornecedores de materiais	2.088	729	-	-
Fornecedores de serviços e outros	3.556	2.622	-	-
Partes relacionadas - Nota 28	155	97	-	-
Outras contas a pagar*	103.109	103.140	103.109	103.140
	108.908	106.588	103.109	103.140
Circulante	10.345	23.448	4.546	20.000
Não circulante	98.563	83.140	98.563	83.140

### **a. Movimentação das outras contas a pagar:**

Saldo em 31 de dezembro 2016 Reapresentado	Juros	Pagamentos	Saldo em 31 de dezembro 2017 Reapresentado	Juros	Pagamentos	Ajuste preço	Saldo em 31 de dezembro 2018
93.827	9.313	-	103.140	6.062	(20.000)	13.907	103.109

(\*) Montante referente as parcelas a pagar aos ex-acionistas da Tópico no momento da aquisição da Companhia, com vencimento em 30 de janeiro de 2019 no montante de R\$ 5.546 e 30 de janeiro de 2020 o saldo remanescente. Sobre o saldo a pagar, incide juros calculados pela CDI

## **19 Obrigações fiscais e trabalhistas (Consolidado)**

	2018	2017
ICMS	203	15
PIS	453	141
COFINS	2.092	650
INSS	864	490
FGTS	168	161
Impostos parcelados	275	256
Outros impostos a recolher	162	116
	4.217	1.829

Os impostos parcelados referem-se a impostos federais, cujo fatos geradores correspondem ao exercício de 2009 e que foram parcelados 60 meses a partir de dezembro de 2012.

## 20 Provisão para perda em processos judiciais (Consolidado)

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Outras contas a receber (a)	1.885	3.931
Depósitos judiciais	700	672
Provisão para contingências - Passiva	(3.392)	(5.012)
	(807)	(409)

- (a) Do montante de R\$ 2.087 de Outras contas a receber em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 4.132 em 31 de dezembro de 2017), R\$ 1.885 (R\$ 3.931 em 31 de dezembro de 2017) refere-se a contas a receber, previsto no acordo dos acionistas, com o objetivo do reembolso de ações cíveis, trabalhistas ou fiscais que são de responsabilidade dos antigos acionistas.

Movimentação da provisão para contingências e dos depósitos judiciais:

	<b>Outras contas a receber</b>	<b>Depósitos judiciais</b>	<b>Provisão passiva</b>	<b>Total</b>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	3.931	672	(5.012)	(409)
(Reembolso) / Pagamento	2.159	28	(897)	1.290
(Adições) / Estornos	(4.205)	-	2.517	(1.688)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.885	700	(3.392)	(807)

### a. Riscos não provisionados

<b>Expectativa de perda</b>	<b>Fiscais (i)</b>	<b>Trabalhistas (ii)</b>	<b>Total</b>
Possível em 31 de dezembro de 2017	41.421	24.619	66.040
Possível em 31 de dezembro de 2018	41.421	16.525	57.946

Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos e pela própria administração como sendo de risco de perda possível sem mensuração com suficiente segurança, no montante acima demonstrado para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

- (i) A Companhia avaliou como perda possível o risco fiscal decorrente de descaracterização do grupo econômico, por conta da distinção entre os sistemas de tributação das empresas Tópico Galpões e Tópico Estruturas, totalizando R\$ 41.421.
- (ii) O saldo das perdas possíveis está líquido dos valores a serem reembolsados pelos antigos acionistas, conforme acordo de acionista.

## 21 Patrimônio líquido

### a. Capital social

O capital social da SCG IV Holding S.A, em 31 de dezembro de 2018, é de R\$ 214.100 (R\$ 194.100 em 31 de dezembro de 2017) dividido em 207.273.700 (duzentos e sete milhões, duzentas e setenta e três mil e setecentas) ações, totalmente subscritas e integralizadas:

Provisão para contingências	Ações	Capital	Participação
SCG IV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	196.910.015	203.113	94,85%
Kerilar Company S.A	<u>10.363.685</u>	<u>10.987</u>	<u>5,15%</u>
<b>Total</b>	<b><u>207.273.700</u></b>	<b><u>214.100</u></b>	<b><u>100%</u></b>

Em 26 de setembro de 2017, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital social da Companhia de R\$ 14.000 mediante a emissão de 14.000.000 (quatorze milhões) de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal pelo preço de R\$ 1,00 (um Real) referente a parcela do sócios controladores, e R\$ 6.000 na investida Tópico referente a parcela do sócios não controladores, totalizando assim R\$ 20.000 (vinte milhões) de aumento de capital que foi integralizado conforme detalhado a seguir: (a) SCG IV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia a quantia de R\$ 13.300 equivalentes a 13.300.000 (treze milhões) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal pelo preço de R\$ 1,00 (um Real); e (b) Kerilar Company S.A., quantia de R\$ 700 equivalentes a 700.000 (setecentos mil) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal pelo preço de R\$ 1,00 (um Real).

Em 15 de janeiro de 2018 foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital social da Companhia de R\$ 20.000 mediante a emissão de 20.000.000 (vinte milhões) de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal pelo preço de R\$ 1,00 (um Real)

O aumento de capital que foi integralizado conforme detalhado a seguir (a) SCG IV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia a quantia de R\$ 19.000 equivalente a 19.000.000 (dezenove milhões) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal pelo preço de R\$ 1,00 (um Real); e (b) Kerliar Company, quantidade R\$ 1.000 equivalentes a 1.000.000 (um milhão) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal pelo preço de R\$ 1,00 (um Real).

## 22 Receita operacional líquida (Consolidado)

	2018	2017
Venda de produtos	4.202	11.828
Locação, instalação e desmontagem	<u>117.778</u>	<u>120.914</u>
<b>Receita bruta contábil</b>	<b><u>121.980</u></b>	<b><u>132.742</u></b>
<b>Deduções de vendas</b>		
Impostos sobre vendas	(11.944)	(13.617)
Devoluções e abatimentos	<u>(2.239)</u>	<u>(4.508)</u>
<b>Receita líquida</b>	<b><u>107.797</u></b>	<b><u>114.608</u></b>

## 23 Custos dos produtos e serviços prestados e despesas e receitas operacionais (Consolidado)

2018	Custo dos produtos e serviços vendidos	Despesas comerciais	Despesas administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais	Total
Consumo de materiais e estoque	(1.310)	-	-	-	(1.310)
Perda de inventários	(1.295)	-	-	-	(1.295)
Manutenção e outros materiais	(4.153)	-	(386)	-	(4.539)
Salários e encargos	(10.641)	(4.225)	(7.794)	-	(22.660)
Aluguéis de imóveis	(1.928)	-	(314)	-	(2.242)
Montagem	(2.488)	-	-	-	(2.488)
Depreciação do imobilizado	(22.939)	-	(344)	-	(23.283)
Amortização do intangível	(106)	-	(268)	-	(374)
Aluguéis de equipamentos	(4.135)	(229)	(52)	-	(4.416)
Fretes e carretos	(3.972)	-	(14)	-	(3.986)
Acomodação e viagens	(3.910)	(429)	(217)	-	(4.556)
Assessoria jurídica e consultoria	(62)	-	(1.569)	-	(1.631)
Serviços de terceiros	(2.563)	(148)	(1.338)	-	(4.049)
Provisão de Contingências	(1.055)	(633)	-	-	(1.688)
Perda com Investimento Tópico	-	-	-	(19.553)	(19.553)
Outros	(1.755)	(508)	(825)	(264)	(3.352)
<b>Total</b>	<b>(62.312)</b>	<b>(6.172)</b>	<b>(13.121)</b>	<b>(19.817)</b>	<b>(101.422)</b>
<b>2017</b>	<b>Custo dos produtos e serviços vendidos</b>	<b>Despesas comerciais</b>	<b>Despesas administrativas</b>	<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b>	<b>Total</b>
Consumo de materiais e estoque	(4.758)	-	-	-	(4.758)
Perda de inventários	(214)	-	-	-	(214)
Manutenção e outros materiais	(3.708)	(23)	(140)	-	(3.871)
Salários e encargos	(12.593)	(5.397)	(8.281)	-	(26.271)
Aluguéis de imóveis	(1.961)	-	(378)	-	(2.339)
Montagem	(4.001)	-	-	-	(4.001)
Depreciação do imobilizado	(21.528)	-	(345)	-	(21.873)
Amortização do intangível	(66)	-	(324)	-	(390)
Aluguéis de equipamentos	(3.620)	(225)	(66)	-	(3.911)
Fretes e carretos	(3.690)	(7)	(1)	-	(3.698)
Acomodação e viagens	(4.592)	(410)	(287)	-	(5.289)
Assessoria jurídica e consultoria	(324)	-	(1.909)	-	(2.233)
Serviços de terceiros	(2.407)	(325)	(1.381)	-	(4.113)
Provisão de contingências	(1.290)	(69)	-	-	(1.359)
Outros	(2.234)	(912)	(1.670)	1.646	(1.289)
<b>Total</b>	<b>(66.986)</b>	<b>(7.368)</b>	<b>(14.782)</b>	<b>1.646</b>	<b>(87.490)</b>

## 24 Despesas financeiras líquidas (Consolidado)

	2018	2017 Reapresentado
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros sobre debêntures	(8.352)	(14.343)
Juros sobre outras contas a pagar	(5.722)	(7.958)
Juros com empréstimos	-	(357)
Juros sobre impostos	-	(152)
Despesas bancárias	(53)	(70)
Outras despesas financeiras	(411)	(803)
	(14.538)	(23.683)
 <b>Receitas financeiras</b>		
Receitas com aplicações financeiras	1.619	1.395
Outras receitas financeiras	754	525
	2.373	1.920
 <b>Despesas financeiras líquidas</b>	(12.165)	(21.763)

## 25 Resultado líquido por ação

O cálculo do lucro básico por ação foi baseado no resultado líquido atribuído aos detentores das ações e a sua média.

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	(10.034)	4.732	(14.515)	802
Resultado por ação em R\$	(0,05)	0,03	(0,07)	0,00
<b>Quantidade de ações ao final do exercício</b>	<b>207.274</b>	<b>187.274</b>	<b>207.274</b>	<b>187.274</b>

## 26 Arrendamentos mercantis (Consolidado)

### a. Arrendamentos mercantis operacionais

#### *Arrendamentos como arrendatário*

No final do período de reporte, os pagamentos mínimos futuros de arrendamentos operacionais não canceláveis serão pagos da seguinte forma:

	Pagamentos mínimos de arrendamento mercantil	
	2018	2017
Menos de um ano	1.972	2.381
Entre um e cinco anos	2.600	4.355
	4.572	6.736

A Companhia aluga andares em prédios comerciais, ocupados por suas filiais e armazéns em Embu, onde se localiza sua fábrica e centro logístico, sob subarrendamentos operacionais. Esses arrendamentos normalmente duram de um a três anos, com opção de renovação do contrato após este período. Os pagamentos de arrendamento são reajustados pelo IGPM a 12 meses de contrato, de acordo com os aluguéis de mercado. A Companhia realizou o cálculo de valor futuro das contraprestações pendentes, pelo IGPM e trouxe a valor presente pela Selic (taxa básica de juros da economia), resultando em um montante em 31 de dezembro de 2018 a valor presente de R\$ 4.597 comparado com o valor nominal de R\$ 4.572.

Os arrendamentos do armazém onde se localiza sua fábrica foi registrado há muitos anos como arrendamento combinado de terreno e edificações. Como a escritura do terreno não é transferida, a SCG determinou que o arrendamento do terreno é operacional. O aluguel pago ao arrendador da edificação é ajustado de acordo com os preços de mercado, em intervalos regulares, e a SCG não participa no valor residual da edificação; foi determinado que, basicamente, todos os riscos e benefícios da edificação são do arrendador. Assim, a Companhia determinou que os arrendamentos são arrendamentos operacionais.

## 27 Imposto de renda e contribuição social

Os cálculos de imposto de renda e contribuição social adotados nos exercícios de 2018 e 2017 foram efetuados considerando o regime de tributação do Lucro Real:

### Reconciliação da taxa efetiva

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
<b>Reconciliação da taxa efetiva do imposto</b>				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(2.339)	6.941	(14.515)	802
Alíquota oficial de imposto %	(34%)	(34%)	(34%)	(34%)
Imposto de renda e contribuição social calculado pela alíquota oficial	795	(2.360)	4.935	(273)
Diferenças permanentes				
Despesas não dedutíveis	(579)	(232)	-	-
Perdas de inventário indedutíveis	-	100	-	-
Equivalência patrimonial	-	-	3.555	3.117
Não constituição de IR diferido ativo sobre prejuízos Fiscais	(8.490)	(2.844)	(8.490)	(2.844)
Outros	579	3.127	-	-
	<u>(7.695)</u>	<u>(2.209)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	<u>(7.695)</u>	<u>(2.209)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>(7.695)</u>	<u>(2.209)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Alíquota efetiva	328,99%	(31,83%)	-	-

## 28 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

As operações com instrumentos financeiros estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas ao caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, partes relacionadas, outros créditos, empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar, salários e férias a pagar, impostos e contribuições a recolher.

A SCG não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. A Companhia efetuou a avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente.

As atividades da Companhia o expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros), conforme descrito a seguir:

### a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

O Contas a receber de clientes e fornecedores e outras contas a pagar, classificados como mantidos para venda, não estão incluídos na tabela abaixo. Seu valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

O Contas a receber de clientes e fornecedores e outras contas a pagar, classificados como mantidos para venda, não estão incluídos na tabela abaixo. Seu valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

### *Classificação dos instrumentos financeiros*

	2018	2017
Ativos mensurados pelo custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	24.253	18.104
Contas a receber de clientes	18.728	15.212
Outras contas a receber	616	17.682
	43.597	50.998
Passivos mensurados pelo custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	70.071	87.321
Fornecedores	5.799	3.448
Outras contas a pagar	103.109	103.140
	178.979	193.909

### b. Risco de crédito

Esse risco é proveniente da possibilidade da Companhia não receber os valores decorrentes das prestações de serviços e vendas de produtos que de forma geral não tem garantias ou de créditos detidos junto a instituições financeiras. Para minimizar esse risco, a Administração procura receber valores antecipados. As perdas estimadas com esses clientes são integralmente provisionadas.

### **Exposição ao risco de crédito**

Vencimentos dos recebíveis	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Saldos vencidos		
De 1 a 30 dias	986	1.112
De 31 a 60 dias	564	406
De 61 a 90 dias	295	182
De 91 a 180 dias	250	170
De 181 a 360 dias	707	355
Acima de 361 dias	<u>10.407</u>	<u>10.314</u>
Total vencidos	13.209	12.539
Total a vencer	<u>16.633</u>	<u>13.343</u>
 Total recebíveis	 <u>29.842</u>	 <u>25.882</u>
 Provisão para devedores duvidosos	 <u>(11.114)</u>	 <u>(10.670)</u>
 Total	 <u>18.728</u>	 <u>15.212</u>

Para efeito de risco de crédito, a SCG entende que, de acordo com os históricos do mercado, a provisão para credores duvidosos para valores vencidos acima de 180 dias, seja o suficiente para cobrir possíveis perdas no futuro. A porcentagem coberta por este tipo de provisão representou a cobertura de 37,2% do saldo bruto de contas a receber (41,2% em 31 de dezembro de 2017).

#### **c. Risco de liquidez**

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito bancárias e capacidade de liquidar posições de mercado. A SCG, em virtude da natureza dinâmica dos seus negócios, mantém flexibilidade na captação recursos mediante a manutenção de linhas de crédito bancárias.

A Administração monitora o nível de liquidez da SCG e da sua controlada, considerando o fluxo de caixa esperado e, caixa e equivalentes de caixa. Além disso, a política de gestão de liquidez da SCG e da sua controlada envolve a projeção de fluxos de caixa e a consideração do nível de ativos líquidos necessários para alcançar essas projeções e a manutenção de planos de financiamento de dívida.

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

	<b>Valor contábil</b>	<b>Fluxo de caixa contratual</b>	<b>6 meses ou menos</b>	<b>6 a 12 meses</b>	<b>1 a 2 anos</b>	<b>2 a 5 anos</b>
Passivos financeiros não derivativos	-	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	70.071	70.071	10.394	8.667	17.334	33.676
Fornecedores	5.799	5.799	5.799	-	-	-
Outras Contas a pagar	<u>103.109</u>	<u>103.109</u>	<u>30.000</u>	<u>-</u>	<u>73.109</u>	<u>-</u>
	<u>178.979</u>	<u>178.979</u>	<u>46.193</u>	<u>8.667</u>	<u>90.443</u>	<u>33.676</u>

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da SCG e da sua controlada, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

**d. Risco de taxas de juros**

A SCG está exposta às variações nas taxas de juros, que são aplicadas aos seus empréstimos e financiamentos. Para minimizar possíveis impactos advindos dessas oscilações, a SCG adota a política de diversificação, alternando a contratação de suas dívidas.

A SCG está exposta, principalmente, às variações nas taxas de juros CDI.

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia na data das demonstrações financeiras era:

<b>Perfil dos instrumentos financeiros</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Instrumentos de taxa variável		
Ativos financeiros	-	-
Aplicações financeiras	24.110	17.214
Passivos financeiros		
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	(70.071)	(87.321)
Exposição de taxa variável (fluxo de caixa líquido)	(45.961)	(70.107)
	CDI	CDI
Aumento da taxa de juros considerado na análise de sensibilidade	1,00%	1,00%
	<b>Resultado</b>	<b>Patrimônio</b>
<b>Sensibilidade do fluxo de caixa (líquido)</b>		
Efeito das variações sobre o fluxo de caixa líquido	(460)	(460)
Aumento / (Redução)	(460)	(460)

***Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável***

A análise de sensibilidade levou em consideração os empréstimos e financiamentos que são atualizados pelos índices CDI.

Um aumento de 1% (ou 100 pontos básicos) nas taxas de juros anuais CDI na data das demonstrações financeiras teria produzido os efeitos no resultado do exercício e no patrimônio líquido de acordo com os montantes demonstrados acima. A análise considera que todas as outras variáveis são mantidas constantes.

Uma redução de 1% (ou 100 pontos básicos) nas taxas de juros anuais CDI teria produzido efeitos inversos.

A SCG avaliou o valor justo dos instrumentos financeiros acima e não os divulgou, pois os seus valores contábeis são razoavelmente próximos.

## 29 Partes relacionadas (Consolidado)

### a. Transações entre partes relacionadas

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Outras contas a receber:</b>		
Solaris (i)	8	64
Superveniências (ii)	<u>1.885</u>	<u>3.931</u>
Total de ativos com partes relacionadas	<u><u>1.893</u></u>	<u><u>3.995</u></u>
<b>Fornecedores e outras contas a pagar (nota 18)</b>		
Solaris (i)	155	97
RV Consultoria (ii)	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>155</u>	<u>97</u>
Total de passivos com partes relacionadas	<u><u>155</u></u>	<u><u>97</u></u>
<b>Resultado</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Receita operacional</b>		
Solaris (i)	<u>89</u>	<u>105</u>
<b>Custos dos produtos vendidos e serviços prestados/ despesas</b>		
Solaris (i)	(1.255)	(2.064)
RV Consultoria (ii)	<u>(120)</u>	<u>(604)</u>
	<u>(1.375)</u>	<u>(2.668)</u>
<b>Total do resultado com partes relacionadas</b>	<u><b>(1.286)</b></u>	<u><b>(2.562)</b></u>

- (i) A Companhia possui relacionamento comercial com a coligada Solaris, pois são controladas pelo mesmo controlador, para utilizar plataformas da coligada, os quais são locados pela SCG.
- (ii) Por conta da cláusula 7.1 e 7.13 do Acordo de Acionista celebrado entre a SCG e os vendedores da Tópico, foi acordado que a SCG concorda que os recursos líquidos recebidos ou pagos pela Tópico relacionados com superveniências ativas ou perdas indenizáveis decorrentes de atos ou fatos cujo fato gerador tenha ocorrido antes da data de fechamento serão revertidos em benefício dos vendedores ou indenização para ser paga a Tópico por seus vendedores. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia totaliza um montante de R\$ 1.885 referente a contingências trabalhistas provisionadas e parte deste montante será ressarcidas à Tópico na medida em que houver a conclusão dos referidos processos.

A Companhia considera que seus diretores estatutários compõem o pessoal-chave da administração, os quais receberam os seguintes benefícios de curto prazo:

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Benefícios de curto-prazo (a)	<u>2.773</u>	<u>2.629</u>
	<u><u>2.773</u></u>	<u><u>2.629</u></u>

- (a) São compostos por ordenados, pró-labore, salários e contribuições para previdência social.

### 30 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2018, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta de seguinte forma:

<b>Cobertura</b>	<b>Vencimento</b>	<b>Valor da cobertura</b>
Responsabilidade Civil	20/02/2019	3.000
Frota (*)	19/08/2019	470
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	14/04/2019	15.000
Incêndio, raio, explosão, vendaval e danos elétricos	31/05/2019	600

(\*) A Companhia possui uma apólice para cada veículo, sendo que esta cobre 100% do valor do veículo e outros riscos.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

\* \* \*

Diego Stark  
Diretor

Gustavo Pereira de Freitas Santos  
Diretor

Marco Aurelio Rogerio Franco  
CRC 1SP-1P27.276/O-5